

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

CAPACIDADES ESTATAIS: O PERFIL METODOLÓGICO DA PRODUÇÃO EMPÍRICA NACIONAL (2010-2023)

Jaedson Gomes dos Santos, Eduardo José Grin

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7086>

Submetido em: 2023-09-25

Postado em: 2023-10-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

CAPACIDADES ESTATAIS: O PERFIL METODOLÓGICO DA PRODUÇÃO EMPÍRICA NACIONAL (2010-2023)

Jaedson Gomes dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2128-0932>

<gms.jaedson@gmail.com>

FGV-EAESP. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

Eduardo José Grin

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0488-8487>

<eduardo.grin@fgv.br>

FGV-EAESP. São Paulo, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO: O objetivo deste artigo é mapear a produção nacional sobre o tema das capacidades estatais, a fim de apresentar um perfil metodológico dos trabalhos elaborados. A amostra do estudo consiste em 74 artigos de natureza empírica publicados em periódicos nacionais no período entre 2010 e 2023. Dentre esse total, 54 artigos foram publicados em periódicos indexados na base de dados bibliográficos Scielo. Os demais trabalhos foram incluídos em uma coleta posterior, realizada a partir de outras revistas importantes na área de administração pública e políticas públicas que não estavam indexadas na Scielo. Para traçar o perfil metodológico da produção, foram analisadas questões como a abordagem de pesquisa, a direção analítica das explicações, a unidade de análise, os estilos analíticos, as dimensões teóricas das capacidades estatais mobilizadas e as principais técnicas e variáveis de interesse, dentre outros. Os resultados indicam que a maioria dos artigos segue uma abordagem quantitativa, tendo o município como a principal unidade analítica e a capacidade administrativa como a dimensão principal mobilizada. Além disso, também foi observada diversidade nas variáveis e categorias de interesse, e foi constatada uma maior variação no uso de técnicas de análise quantitativas em comparação com as técnicas empregadas nas análises qualitativas.

Palavras-chave: capacidades estatais, metodologia, pesquisa empírica, perfil metodológico, políticas públicas.

STATE CAPACITIES: THE METHODOLOGICAL PROFILE OF BRAZILIAN EMPIRICAL PRODUCTION (2010-2023)

ABSTRACT: The aim of this article is to map the Brazilian production on the topic of state capacities in order to present a methodological profile of the studies conducted. The study sample consists of 74 empirical articles published in national journals between 2010 and 2023. Out of this total, 54 articles were published in academic journals indexed in the Scielo bibliographic database. The remaining studies were included in a subsequent collection, carried out from other important journals in the field of public administration and public policies that were not indexed in Scielo. To outline the methodological profile of the production, issues such as research approach, analytical direction of explanations, unit of analysis, analytical styles, theoretical dimensions of state capacities concept, and the main techniques and variables of interest were analyzed, among others. The results indicate that the majority of articles follow a quantitative approach, with the municipality as the primary unit of analysis and administrative capacity as the main dimension mobilized. Furthermore, diversity in

variables and categories of interest was observed, and a greater variation in the use of quantitative analysis techniques compared to techniques employed in qualitative analyses was also noted.

Keywords: state capacities, methodology, empirical research, methodological profile, public policies.

INTRODUÇÃO

O tema das capacidades estatais adquiriu, ao longo dos últimos anos, relevância central no debate atual sobre a produção de políticas públicas e seus possíveis resultados, sobretudo, pelo pressuposto de que maiores níveis de capacidades estão associados à maiores possibilidades de entrega das políticas que são formuladas pelos governos (Savoia & Sen, 2015; Wu, Howlett & Ramesh, 2018). Muito embora, as origens do conceito estejam vinculadas às discussões clássicas sobre a construção e a autonomia relativa dos Estados nacionais (Tilly, 1975; Skocpol, 1979; Migdal, 1988; Mann, 1993), com o passar dos anos foram incorporadas novas nuances teóricas e perspectivas analíticas, tornando o conceito cada vez mais multidimensional e flexível.

Se tratando da produção acadêmica da América Latina, nos últimos anos houve um considerável crescimento de análises de políticas públicas que levam em conta o papel das capacidades estatais (Ten Cate *et al.*, 2023). Nesse cenário, estudos importantes foram desenvolvidos por acadêmicos brasileiros considerando diferentes métodos, abordagens, dimensões de capacidades estatais etc. No entanto, resta saber, qual o perfil metodológico dos trabalhos empíricos produzidos a nível nacional sobre o tema das capacidades estatais?

Um panorama metodológico dessa literatura no Brasil poderia ajudar a compreender questões como a preferências dos autores por estudos quantitativos ou qualitativos, se há dimensões de capacidades estatais que são mais estudadas que outras, se há pluralidade na escolha das técnicas de análise, qual a direção das explicações que são produzidas, dentre outras. Logo, considerando essas possibilidades, o objetivo do estudo é mapear as principais características metodológicas da produção acadêmica empírica sobre o tema das capacidades estatais, de modo a se traçar um perfil metodológico dos trabalhos publicados em periódicos brasileiros.

Para identificar o perfil metodológico dos artigos produzidos nacionalmente, estabeleceu-se um recorte temporal de 13 anos (2010-2023), o que possibilitou a análise da produção na última década inteira, bem como dos trabalhos mais recentes, realizados nos últimos três anos. Nesse sentido, foram selecionados 74 artigos, sendo analisados itens como os títulos, os resumos, as palavras-chave e as seções metodológicas de cada um dos trabalhos.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, discute-se brevemente o tema das capacidades estatais na literatura, ressaltando algumas implicações metodológicas em torno do conceito. Na segunda, apresenta-se a estratégia empírica adotada para atender ao objetivo da pesquisa. Na terceira seção, tem-se os resultados obtidos e a discussão em torno deles. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais, revisitando os principais achados, as conclusões e as possibilidades futuras de agendas de pesquisa.

REVISÃO DA LITERATURA

O conceito de capacidades estatais possui longa tradição na literatura internacional, sendo mobilizado analiticamente por estudiosos de vários campos do conhecimento como ciência política, sociologia, administração pública e economia, sem necessariamente haver uma fronteira clara para a contribuição de cada disciplina (Cingolani, 2013). De modo geral, a capacidade estatal pode ser entendida como uma combinação interativa entre recursos, competências, atributos e condições no âmbito do Estado que permitem o efetivo cumprimento das políticas governamentais (Peters, 2015; Pires & Gomide, 2016; Berwick & Christia, 2018). Dito de outro modo, Estados capazes são aqueles que permitem os governos implementarem suas políticas e cumprirem seus objetivos oficiais mesmo com a oposição de grupos sociais poderosos e influentes (Skocpol, 1985; Centeno, 2002), podendo ser fundamentais para isso a autoridade e a legitimidade do Estado (Matthews, 2012).

Na literatura especializada, encontra-se uma ampla aplicação do conceito em pesquisas de natureza empírica. Estudos como o de Evans e Rauch (1999), por exemplo, indicaram associação entre capacidades e crescimento econômico. Outros, como o de Cingolani, Thomsson e De Crombrughe (2015) associaram o conceito com os níveis nacionais de desenvolvimento humano. Há ainda trabalhos que identificaram a importância em se ter Estados mais capazes para a obtenção de resultados como graus elevados de industrialização (Evans, 1995), governança (Araral *et al.*, 2015), controle de conflitos (Sobek, 2010), dentre outros.

Tendo em vista essa flexibilidade para aplicações analíticas diversas, uma primeira implicação metodológica importante que vale ser destacada diz respeito ao escopo teórico do que são capacidades estatais e em que debates cabem inserir este conceito. Com a ampliação das teorias sobre o os papéis do Estado no desenvolvimento, das políticas públicas e da governança, muitas definições foram elaboradas, com variação entre definições mais estreitas e outras mais gerais (Cingolani, 2013). Do ponto de vista das definições mais gerais, reside o problema do alargamento conceitual (Sartori, 1970), pois, nessa perspectiva, há o risco de os autores serem tentados a classificar e mensurar capacidades

com elementos teóricos que estão para além do cânone, sem maiores ajustes teóricos e metodológicos (Grin, 2012). Já do ponto de vista das definições mais estreitas, a armadilha conceitual consiste em reduzir ou limitar as análises para aspectos muito específicos, tratando dimensões características do conceito como a capacidade de forma geral.

Pode-se aliar a essa problemática a necessidade de ajustes contextuais na aplicação analítica do conceito. Isto é, quando se realiza pesquisas baseadas em casos singulares ou de política comparada, os diferentes contextos podem exigir diferentes leituras dos atributos que compõem a capacidade estatal de uma unidade empírica (nacional, subnacional etc.). Nesse sentido, apesar da capacidade estatal ser identificada a partir de elementos em comum como uma burocracia weberiana qualificada (Geddes, 1996; Cárdenas, 2010; Fukuyama, 2013), é importante considerar ainda outras variáveis conjunturais, pois, a boa mensuração da capacidade estatal e dos seus diferentes efeitos sobre as políticas governamentais tende a ser fortemente dependente dos contextos analisados (Peters, 2015).

Um outro importante desafio metodológico associado a esse debate está relacionado com as dificuldades de se mensurar as variáveis que captam a capacidade do Estado (Hendrix, 2010), pois, como argumentam Savoia e Sen (2015), medir capacidades envolve, em grande medida, considerar o poder do Estado e a qualidade de suas instituições políticas, além da identificação de quais são as funções que o Estado deve cumprir. Dessa forma, desagregar o conceito em diferentes dimensões tem sido uma alternativa viável para dar maior coesão teórica para as análises e tornar o processo de mensuração mais preciso (Hanson & Sigman, 2021), seja para o caso das pesquisas quantitativas ou mesmo para as pesquisas qualitativas.

Grindle (1996), por exemplo, aponta para a possibilidade de se analisar a capacidade estatal sob quatro diferentes dimensões, a saber: 1) capacidade administrativa; 2) capacidade técnica; 3) capacidade político-relacional; e 4) capacidade institucional¹. Por outro lado, autores como Levi (1988), Besley e Persson (2010) e Araral *et al.* (2015) identificam, para além dessas citadas anteriormente, a capacidade fiscal, relacionada à questão da extração de tributos e da gestão dos recursos financeiros. Contudo, há autores que abordam a discussão com dimensões ainda mais específicas de capacidades, de acordo com cada contexto analisado, como no caso de Mann (1993; 2008), com o conceito de capacidade infraestrutural.

Por fim, para além da estratégia de se analisar capacidades estatais a partir de suas dimensões específicas, podem ser adotados diferentes procedimentos de mensuração. Cingolani (2013), a partir

¹ Também entendida como capacidade legal por autores como Cingolani (2013).

de um viés quantitativo, destaca três deles: 1) a utilização de medidas abrangentes e genéricas para se avaliar capacidades estatais; 2) a adoção de uma definição mais específica e unidimensional aliado ao uso de indicadores correspondentes; 3) a utilização de um índice composto multidimensional, ou, a análise conjunta de várias medidas separadas para diferentes atributos que compõem a capacidade estatal no agregado.

ESTRATÉGRIA EMPÍRICA

De modo atender o objetivo proposto, essa pesquisa foi desenvolvida mediante uma perspectiva exploratória, visando trazer para o debate atual aspectos ainda pouco conhecidos na literatura nacional sobre capacidades estatais. A principal estratégia consistiu na busca, identificação e, posteriormente, na análise dos artigos empíricos sobre capacidades estatais publicados nos periódicos científicos brasileiros. Inicialmente, a proposta baseou-se somente nos trabalhos publicados em periódicos indexados na base de dados bibliográficos Scielo, já que são essas as revistas de mais altos estratos do sistema de avaliação Qualis da CAPES.

Tendo em vista o escopo teórico abordado, procurou-se realizar a busca pelos artigos mediante expressões como “capacidades estatais”, mas também por expressões de mesmo sentido, como “capacidades de gestão” ou “capacidades de governo”. Aliado a isso, baseando-se em autores como Grindle (1996), Cingolani (2013), Hanson e Sigman (2021), também foram incluídas na busca expressões que denotam os diferentes subtipos de capacidades estatais, como nos casos de “capacidades administrativas/burocráticas”, “capacidade técnica”, “capacidade fiscal/financeira”, “capacidade político/relacional” e “capacidade institucional”. Sendo assim, a combinação dos descritores foi elaborada da seguinte forma:

(Capacidade AND estata*) OR (Capacidade* AND governo*) OR (Capacidade* AND gestão*) OR (Capacidade* AND buroc*) OR (Capacidade* AND administrativ*) OR (Capacidade* AND institucional*) OR (Capacidade* AND fisca*) OR (Capacidade* AND financ*) OR (Capacidade* AND politic*) OR (Capacidade* AND tecnica*)*

Além das expressões que formam os descritores, também foram adicionados à busca outros critérios. Desse modo, a modalidade de trabalho selecionada foi a de artigo, as áreas temáticas foram ciências humanas e ciências sociais aplicadas, o país de publicação selecionado foi o Brasil, o período de busca indicado foi 2010 a 2023 e a linguagem dos manuscritos poderia ser em português, inglês ou espanhol.

Diante desses critérios estabelecidos, a busca pelos trabalhos empíricos na plataforma Scielo retornou um total de 947 artigos. Todos esses textos tiveram seus títulos, resumos, palavras-chave e, em alguns casos, as suas seções de referencial teórico, metodologia e resultados analisados, com o intuito de se filtrar apenas aqueles que efetivamente trabalhavam, direta ou indiretamente, o tema das capacidades estatais. Textos que não tinham o conceito de capacidades estatais em suas discussões ou trabalhos teóricos sobre o tema foram excluídos e, como resultado desse processo de filtragem, foram identificados 54 artigos nacionais e empíricos sobre capacidades estatais disponíveis na Scielo.

Ademais, levando-se em conta que importantes periódicos na área de administração pública e políticas públicas encontram-se fora da Scielo, foi realizada uma segunda rodada de coleta de dados. O critério de seleção se deu pela procura de artigos publicados em periódicos classificados como B1, A4 e A3 conforme a última avaliação quadrienal (2017-2020) do Qualis da CAPES. Assim, foram incluídos mais 20 trabalhos publicados nas revistas *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, *Administração Pública e Gestão Social*, *Revista do Serviço Público*, *Planejamento e Políticas Públicas* e *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*. Após essas duas rodadas de coleta de dados a amostra final da pesquisa passou a contar com 74 artigos empíricos sobre capacidades estatais registrados em um banco de dados original e construído pelos autores.

Quadro 1 – elementos analisados para traçar os perfis metodológicos dos artigos

Características do perfil metodológico	
Características do perfil metodológico	Definição
Abordagem	Identificar se o artigo segue uma abordagem quantitativa, qualitativa, ou, multimétodo.
Tópico	Identificar se o artigo realiza algum tipo de inferência ou se é descritivo.
Direção analítica	Identificar se: 1) o artigo procura explicar o status ou a construção de capacidades, ou 2) se explica resultado por meio das capacidades.
Unidade analítica	Identificar a unidade analítica do artigo (organização, política pública, município, estado, região ou país).
Temporalidade	Identificar se o artigo realiza análise longitudinal, ou não.
Dimensão de capacidade	Identificar quais dimensões de capacidade estatal são analisadas (administrativa, técnica, fiscal, político-relacional, institucional e outras).
Técnica de análise	Identificar as técnicas metodológicas de análise utilizadas nos artigos.
Variável ou categoria de interesse	Identificar a variável dependente, ou, a categoria analítica principal dos artigos.

Fonte: elaborado pelos autores.

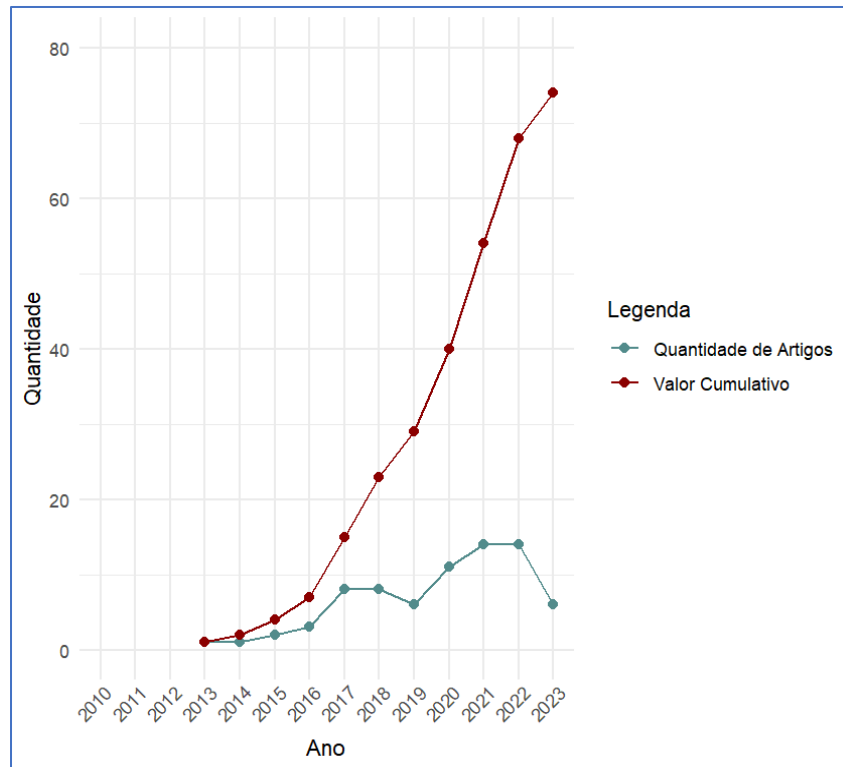
Uma vez que a amostra foi consolidada, partiu-se para o processo de identificação do perfil metodológico da produção empírica nacional. Para isso, mais uma vez foram analisados, agora de forma mais aprofundada, os títulos, resumos, palavras-chave e seções metodológicas dos 58 artigos. Para isso, seguiu-se com a identificação das características metodológicas descritas no Quadro 1 em cada um dos artigos.

RESULTADOS E ANÁLISE

A partir desta seção, serão debatidos os principais resultados encontrados após a realização do mapeamento e análise da produção empírica sobre capacidades estatais publicada em periódicos brasileiros. Assim, são descritos e discutidos ao longo da seção os elementos que compõem o perfil metodológico desses estudos, conforme já indicados no Quadro 1.

De início, vale exibir o panorama evolutivo dessa produção para o período que a pesquisa se propõe a analisar (2020-2023). Para isso, o Gráfico 1 mostra a quantidade de trabalhos publicados por ano e a expansão cumulativa ao longo do período, chamando a atenção não ter sido encontrado na amostra nenhum artigo empírico publicado no período entre 2010 e 2013. Nota-se ainda que a maior parte dos 74 artigos da amostra foi publicada após o ano de 2016, com os picos sendo os anos de 2021 e 2022, ambos tendo 14 publicações.

Gráfico 1 – Panorama da produção empírica brasileira sobre capacidades estatais entre 2010 e 2023



Fonte: elaborado pelos autores.

Para além do panorama evolutivo da produção empírica nacional sobre capacidades estatais, uma outra informação relevante diz respeito aos periódicos científicos em que os artigos da amostra foram publicados, bem como a quantidade de trabalhos publicados em cada um destes. Essas informações estão sumarizadas na Tabela 1, que indica, ao todo, 18 periódicos nacionais diferentes com publicações. Desses periódicos, a maior parte é especializada em administração pública/políticas públicas ou ciência política/sociais, com alguns sendo temáticos de áreas como saúde, educação e gestão urbana. Destacam-se, portanto, a Revista de Administração Pública e a Revista de Sociologia e Política, com o maior número de contribuições, correspondendo juntas a 36% dos artigos da amostra.

Tabela 1 – Periódicos em que os artigos da amostra foram publicados

Periódico	SciELO	Quantidade (N = 74)	Percentual correspondente
Revista de Administração Pública	Sim	17	23%
Revista de Sociologia e Política	Sim	10	13%
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	Não	6	8%
Revista do Serviço Público	Não	6	8%
Administração Pública e Gestão Social	Não	4	6%
Dados	Sim	4	6%
Opinião Pública	Sim	3	5%
Cadernos EBAPE	Sim	3	5%
Interface - Comunicação, Saúde, Educação	Sim	2	3%
Revista de Administração Contemporânea	Sim	2	3%
Revista Brasileira de Ciências Sociais	Sim	2	3%
Planejamento e Políticas Públicas	Não	2	3%
Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais	Não	2	3%
Organizações e Sociedade	Sim	1	1%
Novos Estudos CEBRAP	Sim	1	1%
Sociologias	Sim	1	1%
Revista de Administração Mackenzie	Sim	1	1%
Contexto Internacional	Sim	1	1%
Economia e Sociedade	Sim	1	1%
Nova Economia	Sim	1	1%
Revista Brasileira de Gestão Urbana	Sim	1	1%
Educação em Revista	Sim	1	1%
Educação e Pesquisa	Sim	1	1%
Ciência & Saúde Coletiva	Sim	1	1%

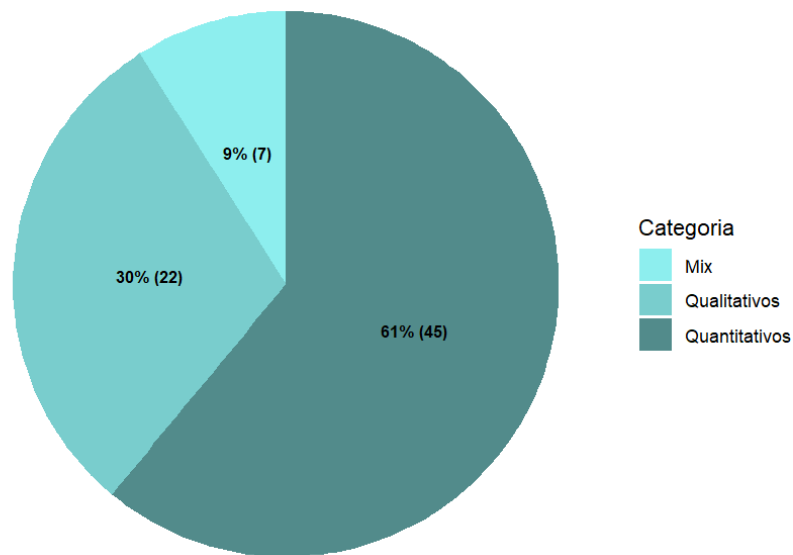
Fonte: elaborado pelos autores.

O primeiro elemento que caracteriza o perfil metodológico da produção é o tipo de abordagem empírica das pesquisas. Dos artigos selecionados para compor a amostra, há aqueles de abordagem quantitativa, qualitativa e até mesmo aqueles que indicam mesclar técnicas e procedimentos das duas abordagens anteriores. Como indicado pelo Gráfico 2, a grande maioria (61%) dos trabalhos é caracterizada como quantitativa. Já os trabalhos de abordagem qualitativa representam menos da metade do total (30%) da amostra e, sete artigos (9%) apontaram fazer uso, em alguma medida, tanto de métodos quantitativos, quanto de métodos qualitativos, de maneira integrada.

Esse cenário pode indicar uma relativa tradição de estudos quantitativos no campo, já que há, por parte dos autores, maior preferência por esse tipo de abordagem. Aliado a isso, os dados do Gráfico 2 também sinalizam que o cenário indicado por Soares (2005) e Neiva (2015) tende a se reproduzir na literatura nacional sobre capacidades estatais. De acordo com ambos os autores, naquilo que chamam de “calcanhar metodológico”, o campo das ciências sociais brasileira sofre de aparente fragilidade metodológica como um todo e há um evidente descompasso, já que métodos qualitativos

rigorosos têm sido relativamente menos adotados do que os quantitativos nas pesquisas. Logo, compreende-se a necessidade de mais estudos sobre capacidades estatais que empreguem métodos qualitativos, especialmente por meio de técnicas que buscam a inferência, tornando assim a produção não apenas de maior rigor, mas também efetivamente plural do ponto de vista metodológico (Rezende, 2017), com explicações produzidas sob bases epistemológicas e metodológicas distintas, mas complementares.

Gráfico 2 – Abordagens de pesquisa dos artigos empíricos nacionais sobre capacidades estatais

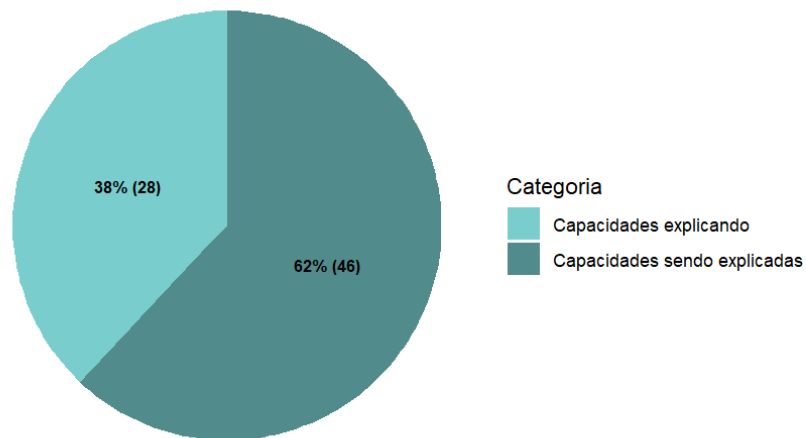


Fonte: elaborado pelos autores.

Importantes discussões na literatura especializada sobre capacidades estatais têm a ver com o papel do conceito nas explicações que são produzidas nos estudos empíricos sobre administração pública e políticas públicas. Isto é, dependendo do ponto de vista, alguns autores podem mobilizar teoricamente capacidades estatais como causa, ou, como consequência, em seus desenhos de pesquisa. Nessa perspectiva, o Gráfico 3 exhibe a adesão dos trabalhos nacionais aos dois diferentes tipos de direções analíticas que podem ser tomadas. Como se observa pelo gráfico, uma quantidade considerável dos artigos (62%) procurou explicar questões como a construção e o status das capacidades nos mais variados contextos do serviço público brasileiro, ou mesmo em perspectiva comparada internacional, como fizeram Pereira *et al.* (2021). O restante da produção empírica nacional

(38%) operacionaliza o conceito como variável dependente ou categoria explicativa, tendendo a destacar a sua influência sobre a implementação, os resultados, ou demais tipos de variação nas políticas públicas produzidas pelos governos nacionais e/ou subnacionais.

Gráfico 3 – Direções analíticas



Fonte: elaborado pelos autores.

Já com relação às unidades analíticas que as pesquisas enfocam, nota-se pela Tabela 1 que o conceito de capacidades estatais vem sendo aplicado ao nível das organizações públicas, das políticas públicas, dos municípios, dos estados e ao nível da administração pública do(s) país(es) (governo central ou comparações transnacionais). Como há uma maior quantidade de estudos quantitativos, é de se esperar que os municípios brasileiros sejam uma unidade frequentemente analisada (53%), seja pelo papel que o ente ocupa no federalismo brasileiro, com a implementação local de muitas das políticas nacionalmente formuladas, seja pela quantidade de observações, já que com a existência de 5570 municípios permite-se explorar uma variação significativa em termos de recursos e resultados. Apesar disso, foram identificados na amostra sete trabalhos qualitativos (Sátyro & Cunha, 2018; Grin & Abrucio, 2018; Barbosa & Vaz, 2019; Lavalle, Rodrigues & Guicheney, 2019; Bichir, Pereira & Gomes, 2021; Moreira *et al.*, 2021; Cortez & Lotta, 2022) que discutem as capacidades municipais por meio de desenhos de pesquisa como estudos de caso ou similares.

Quanto às demais unidades analíticas, tem-se o contexto da administração pública federal como segunda unidade mais estudada, representando 29% dos 74 artigos da amostra. Para esse nível, há trabalhos que debatem, com considerável foco, a construção da burocracia federal e as suas repercussões (Monteiro, 2013; Cavalcante & Carvalho, 2017; Souza, 2017; Gomide & Pereira, 2018; Fernandes & Palotti, 2019; Gomide, Machado & Albuquerque, 2021; Lopez, 2022). Além do mais, dos 22 trabalhos que analisam as capacidades nacionais, apenas cinco são considerados como estudos qualitativos, como nos casos de Pires e Gomide (2016) e Nunes (2020), mantendo-se assim a predominância dos métodos quantitativos nesse nível de governo analisado.

Diferentemente dos níveis municipal e nacional, a Tabela 1 sinaliza que a discussão empírica sobre capacidades nas administrações públicas estaduais passou longe de avançar no mesmo ritmo, ao longo de mais de uma década. Contando com apenas cinco artigos na amostra (7%), as únicas contribuições para esse nível de governo abordam a política de assistência social (Silva, 2015; Tock, Grin & Gonzalez, 2020), a política de saúde (Pereira, Oliveira & Sampaio, 2020; Macedo *et al.*, 2022) e a autonomia das defensorias públicas (Buta, Teixeira & Fernandes, 2022). Por último, há ainda na amostra, oito estudos (11%) que debatem capacidades ao nível organizacional, ou, de uma política pública em específico, sem necessariamente definir o escopo analítico a um nível de governo em especial, como fizeram, por exemplo, Ranzini e Bryan (2017), Miranda (2017), Miranda e Oliveira (2018), Macedo e Ferreira (2020), Pereira, Mertens e Abers (2023).

Tabela 1 – Principais unidades analíticas

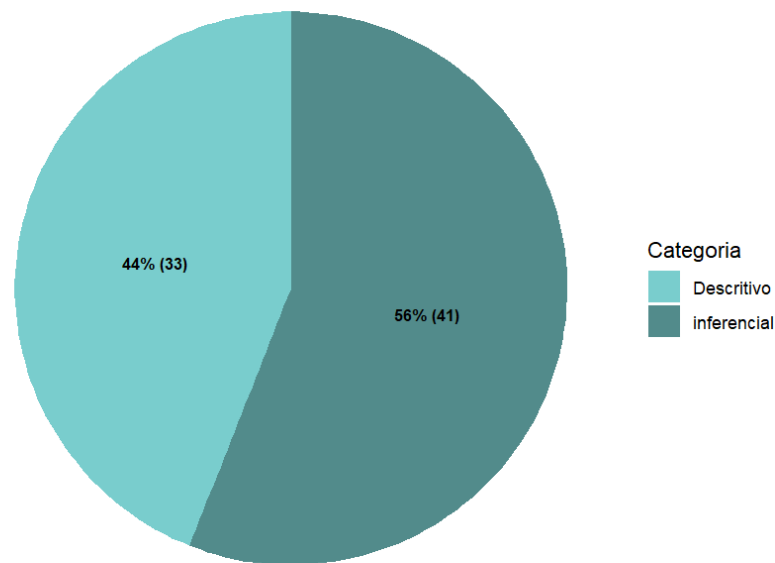
Unidade analítica	Quantidade (N = 74)	Percentual correspondente
Organização ou política pública	8	11%
Município	39	53%
Estado	5	7%
País	22	29%

Fonte: elaborado pelos autores.

O estilo analítico adotado pelos autores de uma literatura especializada também se configura como um importante elemento para se caracterizar o perfil metodológico de sua produção empírica. Pode-se, portanto, definir dois tipos de inferência a serem realizadas: a descritiva e a causal (Mahoney, 2010). Nesse sentido, a inferência descritiva, tem como foco a caracterização de elementos analíticos presentes em fatos não observados e, a causal, é voltada para a identificação de relações de causa e efeito entre variáveis (conceitos) selecionadas (King, Keohane & Verba, 1994). Tendo em vista essas duas possibilidades mencionadas, pelo Gráfico 4 observa-se que pouco mais da metade dos artigos da amostra adotam como estilo analítico a busca pela inferência causal, seja pelo uso de métodos

quantitativos, ou seja pelo uso de métodos qualitativos, com técnicas como *process tracing* e o *qualitative comparative analysis* (QCA). Os demais artigos selecionados (44%), por outro lado, têm um estilo analítico mais voltado para a inferência descritiva, caracterizando contextos e aspectos particulares e auxiliando na identificação de novos mecanismos explicativos relacionados ao tema das capacidades.

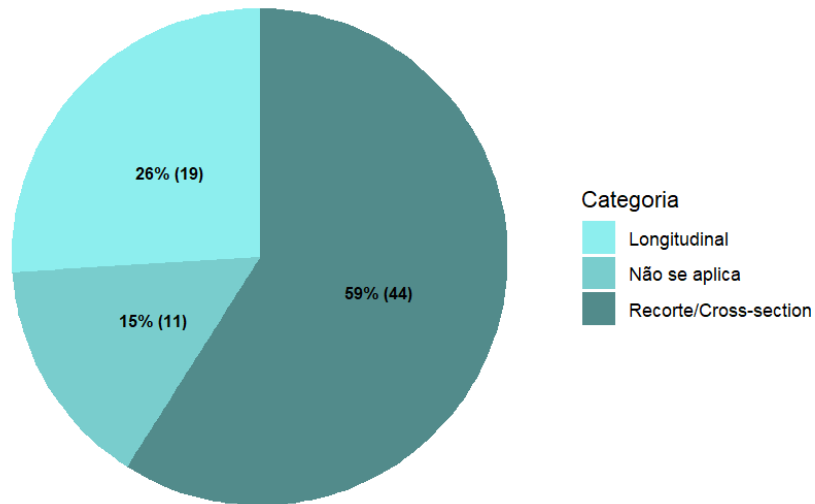
Gráfico 4 – Estilos analíticos de pesquisa



Fonte: elaborado pelos autores.

Um outro elemento identificado e que revela maior ou menor complexidade nas análises realizadas é a dimensão temporal dos estudos que compõem a produção empírica nacional sobre capacidades estatais. Dito isso, pelo Gráfico 5 é possível verificar a temporalidade analítica empregada nos 74 trabalhos da amostra. Conforme o gráfico, predominam pesquisas baseadas em um único recorte temporal, ou, de acordo com o vocabulário estatístico, desenhos de pesquisa *cross-section*, já que 59% dos trabalhos estão estruturados dessa forma. Desenhos de pesquisas mais complexos pressupõem um acompanhamento ao longo de vários períodos no tempo, mas a ausência de dados anuais pode acabar sendo a principal explicação para a predominância de estudos focados em recorte temporal único. Desse modo, tem-se na amostra um total de 19 artigos de análises longitudinais (26%). Por fim, identificou-se que a temporalidade analítica não se aplicou para a análise de 11 trabalhos (15%).

Gráfico 5 – Temporalidade analítica



Fonte: elaborado pelos autores.

Como já discutido, conceito de capacidades estatais é um conceito multidimensional, podendo representar, do ponto de vista teórico, diferentes atributos da administração pública a serem mobilizados no *policy process*. Na produção empírica nacional sobre o conceito, pode-se verificar que os autores também se apropriam das diferentes dimensões em suas análises, como ilustra a Tabela 2. Pela tabela, nota-se também a primazia pela capacidade administrativa (Haque *et al.*, 2021; Hanson & Sigman, 2021) em relação às outras tipologias, uma vez que essa dimensão está presente em 73% dos artigos que compõem a produção. A segunda dimensão de capacidade mais analisada é a político-relacional, que está contida em 36% dos trabalhos e que se popularizou consideravelmente na produção empírica nacional após o ano de 2016, muito em função do importante debate sobre essa dimensão trazido no estudo de Pires e Gomide (2016).

Tabela 2 – Dimensões de capacidade

Dimensão de capacidade	Frequência absoluta (N= 74)	Frequência relativa
Administrativa	54	73%
Técnica	21	28%
Fiscal	24	32%
Político-relacional	27	36%
Institucional	8	11%
Outras capacidades	20	27%

Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto às principais técnicas de análise utilizadas nas pesquisas nacionais sobre capacidades estatais, observa-se pelas Tabelas 3 e 4, respectivamente, aquelas de uso mais frequentes nos trabalhos qualitativos e quantitativos. Os artigos que foram considerados com abordagem *mix-methods* estão contemplados em ambas as tabelas, sendo contabilizadas apenas as técnicas relativas a cada uma das abordagens metodológicas.

Tabela 3 – Técnicas de análise empregadas nos artigos qualitativos

Técnica de análise	Frequência absoluta (N = 29)	Frequência relativa (%)
Técnica não identificada	12	41%
Análise de conteúdo	10	34,5%
QCA	2	7%
Process tracing	2	
Análise de redes sociais	1	3,5%
Análise do discurso	1	
Estratégia within-cases	1	

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 3 indica que, nas pesquisas qualitativas sobre capacidades estatais produzidas nacionalmente, há pouca variação em termos de técnicas, com uma grande parcela dos trabalhos que seguem essa abordagem não chegando nem mesmo a identificar a técnica ou os procedimentos utilizados para a investigação dos dados coletados, embora façam menção a ferramentas de coleta de como entrevistas e pesquisa documental. A análise de conteúdo foi a principal técnica identificada, sendo adotada em 10 artigos (41% dos trabalhos qualitativos). Ademais, também se identificou a adoção de técnicas qualitativas voltadas à inferência causal como o *process tracing* para desenhos de pesquisas que têm o processo histórico como elemento central e o QCA, com a comparação configuracional entre casos, com cada uma delas estando presente em dois trabalhos da subamostra qualitativa (7%).

Tabela 4 – Técnicas de análise empregadas nos artigos quantitativos

Técnica de análise	Frequência absoluta (N = 52)	Frequência relativa (%)
Estatística descritiva	28	54%
Regressão linear múltipla	8	15,3%
Regressão logística	7	13,4%
Agregação por índice	6	11,5%
Regressão com dados em painel	5	9,6%
Análise de variância (ANOVA)	3	5,7%
Análise fatorial	3	
Modelo de equações estruturais	2	4%
Clusterização	1	2%
Análise de sobrevivência	1	
Regressão beta	1	
Regressão binomial negativa	1	
Regressão multinível	1	
Regressão linear simples	1	
Análise de correlação	1	
Teste chi quadrado	1	
Teste t para amostras independentes	1	
Teste U de Mann-Whitney	1	

Fonte: elaborado pelos autores.

Diferentemente dos trabalhos qualitativos, a tendência observada na produção empírica sobre capacidades estatais com abordagem quantitativa é de um cenário completamente diferente, já que muito mais técnicas diferentes são mobilizadas nos desenhos de pesquisa. A Tabela 4 aponta que a principal técnica adotada foi a estatística descritiva, muito embora esta se caracterize como uma etapa preliminar ao uso de técnicas estatísticas inferenciais. O uso de regressões também apresentou frequência elevada, com a regressão linear múltipla sendo identificada em 15,3% dos trabalhos e a logística em 13,4%. Chama atenção ainda o uso da agregação por índices como uma alternativa analítica para mensurar o conceito de capacidades estatais de forma agregada, estando presente em outros 6 trabalhos (11,5%). Por último, cabe destacar que algumas técnicas quantitativas podem ter apresentado pouca frequência devido à aplicações em desenhos de pesquisa muito específicos, como é o caso da análise de sobrevivência, em que as variáveis dependentes refletem o tempo e necessitam apresentar informações como as observações que experimentaram um evento ou não em um período de tempo e o tempo até a ocorrência de um evento para cada uma das observações (Box-Steffensmeier & Jones, 2004).

Tabela 5 – Variáveis e categorias de interesse presentes nos estudos

Variáveis/categorias de interesse	Frequência absoluta (N = 74)	Frequência relativa
Capacidade estatal	21	28%
Resultados de políticas públicas	16	22%
Construção da burocracia	6	
Desempenho fiscal	6	8%
Perfil e percepções da burocracia	6	
Cooperação	5	6,7%
Corrupção	4	5,4%
Inovação em políticas públicas	3	
Adaptação à pandemia	3	4%
Rotatividade da burocracia	2	
Tomada de decisão	2	2,7%
Desenvolvimento humano	1	
Desigualdade econômica	1	
Equalização fiscal	1	
Preferência do gasto público	1	1,3%
Planejamento governamental	1	
Inovação econômica nacional	1	

Fonte: elaborado pelos autores.

O último dos elementos que compõem o perfil metodológico da produção acadêmica nacional sobre capacidades estatais é apresentado pela Tabela 5 e se trata das principais variáveis ou categorias de interesse abordadas nos estudos empíricos. De acordo com a tabela, é possível notar uma variedade de temas que vão desde inovação econômica nacional à corrupção e cooperação. Outros temas interessantes também podem ser citados, apesar de menores frequências, como nos casos do desempenho fiscal, da construção da burocracia e da adaptação à pandemia da Covid-19.

Um resultado mais específico, porém, chama mais atenção. Pela Tabela 5, nota-se que o conceito agregado de capacidade estatal aparece como a principal variável/categoria estudada, estando presente em quase um terço dos artigos da amostra (28%). Esse achado sinaliza a opção de parte expressiva dos autores em não desagregar o conceito em suas análises a partir das suas mais diferentes dimensões. Contudo, nenhum desses artigos visa explorar o conceito agregado de capacidades como categoria ou variável explicativa e sim como variável a ser explicada. Além do mais, os resultados de políticas públicas aparecem como a segunda variável/categoria de interesse com maior frequência (22%), reforçando o papel das capacidades estatais nos desenhos de pesquisa orientados, sobretudo, à busca pela inferência causal. Este achado pode reforçar a popularidade da busca por explicações orientadas ao pressuposto teórico de que determinados tipos ou níveis de capacidades são desejáveis para o alcance de determinados resultados das políticas.

Considerando a descrição de todas essas características metodológicas, percebe-se, portanto, que a literatura nacional e empírica sobre capacidades estatais possui um perfil amplo e heterogêneo em muitos sentidos, do ponto de vista metodológico, embora haja uma predominância de estudos quantitativos na área voltados, sobretudo, para a análise da capacidade administrativa nos níveis municipal e nacional de governo. Ainda assim, a evolução da produção tem sido acompanhada por uma relativa variedade de outras dimensões teóricas analisadas, estilos analíticos adotados, técnicas utilizadas e variáveis explicativas definidas nos estudos do campo. Dito isso, é de se esperar que, com esse ritmo de evolução, os autores e autoras da área se restrinjam cada vez menos a um perfil metodológico dominante e hegemônico. Com o amadurecimento do debate teórico e a redução do descompasso entre a adoção das abordagens quantitativa e qualitativa, é possível também avançar na direção de uma lógica mais integrada na produção do conhecimento sobre capacidades estatais no Brasil, conciliando a multidimensionalidade do conceito com o uso cada vez mais integrado de métodos quantitativos e qualitativos para gerar explicações relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia é um aspecto fundamental no processo de geração de conhecimento, e a forma como uma comunidade de estudiosos aborda e incorpora esse aspecto em seus trabalhos tende a influenciar a qualidade da produção empírica sobre o tema em estudo. No caso da temática das capacidades estatais, isso se torna uma questão crucial, dada a complexidade metodológica intrínseca ao debate sobre o tema, incluindo desafios como a polissemia e as questões que envolvem o processo de mensuração do conceito.

Com isso em mente, o objetivo deste estudo foi mapear as principais características metodológicas da produção acadêmica empírica nacional relacionada às capacidades estatais, a fim de traçar um perfil metodológico dos trabalhos publicados em periódicos brasileiros. A contribuição pretendida foi de proporcionar maior visibilidade às principais escolhas metodológicas dos autores e compreender como essas escolhas podem influenciar os tipos de pesquisa que são desenvolvidas na área.

Os resultados obtidos revelaram que, entre os artigos analisados, a maioria segue uma abordagem quantitativa, com maior ênfase na exploração no status ou na construção das capacidades. Além disso, observou-se que o município é a principal unidade de análise, que há uma maior frequência de trabalhos de natureza inferencial e que a capacidade administrativa é a dimensão teórica mais

amplamente mobilizada. Adicionalmente, notou-se uma considerável diversidade nas variáveis e categorias de interesse, bem como uma maior variação no uso de técnicas de análise quantitativa em comparação com as técnicas empregadas em análises qualitativas. Estes resultados permitem ainda concluir que a produção empírica nacional sobre capacidades estatais é diversificada em muitos aspectos, mesmo com algumas características destacadas como o predomínio de estudos quantitativos e a primazia da capacidade administrativa como dimensão analítica da capacidade do Estado, conforme os autores mobilizam a literatura como suporte para suas análises empíricas.

No que diz respeito às limitações e futuras direções de pesquisa, é fundamental ressaltar que, até o momento desta submissão, ainda há espaço para uma investigação e reflexão mais aprofundadas sobre alguns dos elementos que compõem o perfil metodológico. Portanto, almeja-se progredir na discussão dos resultados encontrados, tornando a apresentação dos achados mais analítica e menos descritiva, principalmente para se avançar na compreensão do verdadeiro significado de a produção empírica nacional sobre capacidades estatais contar com o perfil metodológico abordado neste estudo. Por fim, à medida que a pesquisa amadurece, pretende-se incorporar novos elementos para definir o perfil metodológico, ampliando a análise e contribuindo de maneira mais significativa para a literatura especializada.

REFERÊNCIAS

Araral, E., Pelizzo, R., Burkhanov, A., Chen, Y., Janenova, S., & Collins, N. (2015). Capacity and autonomy: an exploration of Fukuyama's Governance Hypothesis. In G. Capano, M. Howlett, & M. Ramesh (Eds.), *Varieties of governance: dynamics, strategies, capacities* (pp. 173-93). London, UK: Palgrave Macmillan.

Barbosa, L. A., & Vaz, J. C. (2019). Arranjos institucionais e capacidades de governo em processos participativos de urbanização: o caso de São Bernardo do Campo-SP. *Revista do Serviço Público*, 70(1), 35-58.

Berwick, E., & Christia, F. (2018). State capacity redux: Integrating classical and experimental contributions to an enduring debate. *Annual Review of Political Science*, 21, 71-91.

Bichir, R., Pereira, G. N., & Gomes, M. L. (2021). Interações socioestatais e construção de capacidades nas políticas públicas: o caso da assistência social na cidade de São Paulo. *Novos estudos CEBRAP*, 40, 57-79.

Box-Steffensmeier, J. M., & Jones, B. S. (2004). *Event history modeling: A guide for social scientists*. Cambridge University Press.

Buta, B. O., Teixeira, M. A. C., & Fernandes, A. S. A. (2022). When autonomy is necessary for performance: Brazilian public defenders' offices. *Revista de Administração Pública*, 56, 488-507.

Cavalcante, P., & Carvalho, P. (2017). Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. *Revista de Administração Pública*, 51, 1-26.

Cárdenas, M. (2010). State capacity in latin america. *Economía*, 10(2), 1-45.

Centeno, M. A. (2002). *Blood and debt: War and the nation-state in Latin America*. Penn State Press.

Cingolani, L. (2013). *The state of state capacity: a review of concepts, evidence and measures* (UNU- Merit Working Paper Series, 2013-053). Maastricht, The Netherlands: Maastricht Economic and social Research institute on Innovation and Technology.

Cingolani, L., Thomsson, K., & De Crombrughe, D. (2015). Minding Weber more than ever? The impacts of state capacity and bureaucratic autonomy on development goals. *World Development*, 72, 191-207.

Cortez, A. C. S., & Lotta, G. S. (2022). Arranjos institucionais e capacidades estatais em nível subnacional: A política de educação em direitos humanos de São Paulo. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 27(86), 1-19.

Evans, P. B. (1995). *Embedded autonomy: States and industrial transformation*. Princeton University Press.

Evans, P., & Rauch, J. E. (1999). Bureaucracy and growth: A cross-national analysis of the effects of "Weberian" state structures on economic growth. *American sociological review*, 748-765.

Fernandes, C. C. C., & Palotti, P. L. D. M. (2019). Profissionalizando a burocracia e construindo capacidades: avanços desiguais na administração pública brasileira?. *Revista de Administração Pública*, 53, 687-710.

Fukuyama, F. (2013). What is governance?. *Governance*, 26(3), 347-368.

Geddes, B. (1996). *Politician's dilemma: building state capacity in Latin America*. University of California Press, 1996.

Gomide, A. D. Á., & Pereira, A. K. (2018). Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. *Revista de administração pública*, 52, 935-955.

Gomide, A. D. Á., Machado, R. A., & Albuquerque, P. M. (2021). Capacidade estatal e desempenho na percepção dos burocratas brasileiros: desenvolvimento e validação de um modelo de equações estruturais. *Cadernos EBAPE*, 19, 689-704.

Grin, E. (2012). Notas sobre a construção e a aplicação do conceito de capacidades estatais. *Revista Teoria e Sociedade*, 20, 121-143.

Grin, E. J., & Abrucio, F. (2018). O comitê de articulação federativa no governo Lula: os percalços da cooperação territorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33.

Grindle, M. S. (1996). *Challenging the state: crisis and innovation in Latin America and Africa*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Hanson, J. K., & Sigman, R. (2021). Leviathan's latent dimensions: measuring state capacity for comparative political research. *The Journal of Politics*, 83(4), 1495-1510.

Haque, M. S., Ramesh, M., Puppim de Oliveira, J. A., & Gomide, A. D. A. (2021). Building administrative capacity for development: limits and prospects. *International Review of Administrative Sciences*, 87(2), 211-219.

Hendrix, C. S. (2010). Measuring state capacity: Theoretical and empirical implications for the study of civil conflict. *Journal of peace research*, 47(3), 273-285.

King, G., Keohane, R. O., & Verba, S. (1994). *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton, USA: Princeton University Press.

Lavalle, A. G., Rodrigues, M., & Guicheney, H. (2020). Agência local e indução federal: a operação da política municipal de habitação em Recife e Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*, 27.

Levi, M. (1988). *Of Rule and Revenue*. University of California Press.

Lopez, F. (2022). Instabilidade das burocracias decisórias, planejamento e ineficiência no ciclo das políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 27(88), e86489-e86489.

Mahoney, J. (2010). After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. *World Politics*, 62(1), 120-147.

Macedo, A. D. S., Franklin, L. A. S., Guedes, L. T., Mau, G. F., & Ferreira, M. A. M. (2022). O papel do governo estadual no arranjo de implementação do Projeto Mais Médicos para o Brasil: uma análise em Minas Gerais. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 26, e210382.

Macedo, A. D. S., & Ferreira, M. A. M. (2021). Arranjo institucional e a capacidade estatal de implementação do Projeto Mais Médicos Brasil (PMMB). *Revista de Sociologia e Política*, 28, e008.

Matthews, F. (2012). Governance and State Capacity. In Levi-Faur, D. (Ed.), *The Oxford Handbook of Governance* (pp. 281-294). Oxford, UK: Oxford University Press.

Miranda, G. L. D. (2017). Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. *Revista de Administração Pública*, 51, 201-218.

Miranda, G. & Oliveira, V. (2018) Capacidade estatal e eficácia na política de atenção a criança e adolescente. *Revista do Serviço Público*, 69(1), 145-180.

Monteiro, L. M. (2013). Reforma da administração pública e carreiras de Estado: o caso dos especialistas em políticas públicas e gestão governamental no Poder Executivo federal. *Revista de Administração Pública*, 47, 1117-1143.

Moreira, S. V., Silveira, S. D. F. R., Klein, T. C., & Rosado, C. G. (2021). Capacidades estatais e as políticas urbanas: a realidade de municípios da região metropolitana de belo horizonte/MG. *Planejamento e Políticas Públicas*, (60).

Neiva, P. (2015). Revisitando o calcanhar de Aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil. *Sociologia, problemas e práticas*, (79), 65-83.

Nunes, W. (2020). Políticas públicas e construção de capacidades estatais: comparando políticas industriais e sociais no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 28.

Pereira, A. K., Oliveira, M. S., & Sampaio, T. D. S. (2020). Heterogeneidades das políticas estaduais de distanciamento social diante da COVID-19: aspectos políticos e técnico-administrativos. *Revista de Administração Pública*, 54, 678-696.

Pereira, A. M. M., Machado, C. V., Veny, M. B., Juan, A. M. Y., & Recio, S. N. (2021). Governança e capacidade estatal frente à COVID-19 na Alemanha e na Espanha: respostas nacionais e sistemas de saúde em perspectiva comparada. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, 4425-4437.

Pereira, A. K., Mertens, F., & Abers, R. (2022). A Construção de Capacidades Estatais em Políticas de Infraestrutura: Demandas Socioambientais e Heterogeneidades Estatais. *Dados*, 66.

Peters, B. G. (2015). Policy capacity in public administration. *Policy and Society*, 34(3-4), 219-228.

Pires, R. R. C., & Gomide, A. D. A. (2016). Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de sociologia e política*, 24, 121-143.

Ranzini, M. S., & Bryan, N. A. P. (2017). Capacitação e formação para o setor público e os modelos de escola de governo no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 68(2).

Rezende, F. D. C. (2017). O Pluralismo Inferencial na Ciência Política Pós-KKV (2005-2015): argumento e evidências. *Revista Política Hoje*, 26(1), 241-277.

Sátyro, N. G. D., & Cunha, E. S. M. (2018). The transformative capacity of the Brazilian federal government in building a social welfare bureaucracy in the municipalities. *Revista de Administração Pública*, 52, 363-385.

Sartori, G. (1970). Concept Misformation in Comparative Politics. *The American Political Science Review*, 64(4), 1033-1053.

Savoia, A., & Sen, K. (2015). Measurement, evolution, determinants, and consequences of state capacity: A review of recent research. *Journal of economic surveys*, 29(3), 441-458.

Silva, A. L. N. D. (2015). Os estados no Suas: uma análise da capacidade institucional dos governos estaduais na assistência social. *Revista de Administração Pública*, 49, 1167-1192.

Skocpol, T. (1985). Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In P. Evans, D. Rueschemeyer, & T. Skocpol (Eds.), *Bringing the state back in* (pp. 3-43). Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Soares, G.A.D. (2005). O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 48, 27-52.

Sobek, D. (2010). Masters of their domains: The role of state capacity in civil wars. *Journal of Peace Research*, 47(3), 267-271.

Souza, C. (2017). Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. *Revista de administração pública*, 51, 27-45.

Ten Cate, L., Marengo, A., Kern, D., & Bruxel, M. (2023) Measuring State Capacity: Building a Metric to Compare Brazilian Municipal Governments. *27th World Congress of Political Science*. RC27 Structure and Organization of Government. Buenos Aires, Argentina.

Tock, F., Grin, E. J., & Gonzalez, L. (2021). Os Estados e o Sistema Único de Assistência Social: construção de capacidades estatais nos governos do Maranhão e de São Paulo. *Cadernos EBAPE*. 18, 1026-1039.

Wu, X., Ramesh, M., & Howlett, M. (2018). Policy Capacity: Conceptual Framework and Essential Components. In Wu, X., Ramesh, M., & Howlett, M. (Eds.), *Policy Capacity and Governance: Assessing Governmental Competences and Capabilities in Theory and Practice* (pp. 1-25). London, UK: Palgrave Macmillan.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado no *Open Science Framework* e pode ser acessado em: (<https://osf.io/kywcs/>).

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Jaedson Gomes dos Santos: Conceitualização; Curadoria de Dados; Escrita; Investigação; Análise Formal; Revisão e Edição.

Eduardo José Grin: Conceitualização; Supervisão; Investigação; Validação; Escrita; Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Jaedson Gomes dos Santos: Doutorando em administração pública e governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/EAESP).

Eduardo José Grin: Doutor em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/EAESP); Professor do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/EAESP)

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.